

Resolução

Por pensões dignas

Contra o embuste da convergência

Considerando que,

- Em 13 anos, no período 2000 - 2013, só em 2009, ano de eleições, é que as pensões tiveram uma atualização superior à inflação;
- A partir de 2010, todas as pensões foram congeladas, com exceção das pensões mínimas a 251 €;
- Entre 2002 e 2013 as pensões ilíquidas dos aposentados sofreram uma perda de poder de compra que, no escalão mais elevado, atingiram os 27,7%;
- O clima de insegurança generalizado criado em toda a Administração Pública pelos sucessivos governos e, nomeadamente, pelo governo PSD/CDS, que tem empurrado dezenas de milhares de trabalhadores da Administração Pública para a aposentação antecipada;
- A carga fiscal sobre os pensionistas tem aumentado brutalmente;
- A partir de 2011 foram reduzidas as deduções de despesas com saúde de 30% para 10%;
- A taxa da ADSE está sempre a aumentar, estando já nos 2,25% sobre 14 meses;
- A Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), que atinge todos os pensionistas com pensões iguais ou superiores a 1.350 €/mês, com cortes que oscilam entre 3,5% e 40%;
- O roubo do subsídio de férias e de Natal desde 2012 que ainda não foi devolvido, apesar de declarado inconstitucional;
- O Governo se prepara, a pretexto do embuste da convergência dos sistemas de proteção social para cortar pensões, com efeitos retroativos, a todos os pensionistas (atuais e futuros) roubando 10% no P1 das pensões acima dos 600€ de todos os que se aposentaram até 2005 e recalculando o P1 de todos os que se aposentaram posteriormente provocando um corte de 11% em todas as pensões acima dos 600€;
- O Governo se prepara para aplicar um corte de 10% a todas as pensões de sobrevivência acima de 419,22€;

RESOLUÇÃO

25 de setembro de 2013

-
- O Governo se prepara para alterar o fator de sustentabilidade provocando mais cortes aos futuros pensionistas da CGA e do regime geral da Segurança Social;
 - O Governo quer aumentar a idade da reforma para os 66 anos;
 - O Governo está a chantagear o povo português ao afirmar mentirosamente que ou corta nas pensões ou será obrigado a pedir uma nova intervenção da Troika, estando mais do que provado que a Administração Pública é o principal alvo deste Governo com vista ao seu desmantelamento e privatização e ao ataque aos direitos dos trabalhadores no ativo e dos aposentados, para depois atacar todos os trabalhadores deste país.

Assim, os Aposentados da Administração Pública de todo o país, concentrados no dia 25 de setembro de 2013, no Rossio, em Lisboa, decidem:

- **Rejeitar todas as medidas de cortes nas pensões;**
- **Apelar a todas as entidades o envio para o Tribunal Constitucional do diploma que determina os cortes nas aposentações para efeitos de fiscalização da constitucionalidade;**
- **Lutar contra este Governo e as suas medidas de empobrecimento dos aposentados, expressando o seu descontentamento e oposição já no próximo dia 29 de setembro, nas eleições autárquicas;**
- **Desenvolver e participar em todas as formas de luta contra as políticas deste Governo e da Troika, desde logo com uma grande participação na jornada de luta convocada pela CGTP para o próximo dia 19 de outubro, em Lisboa.**